

Expressões da eclesiologia de Francisco para uma Igreja sinodal

*Elisa Cristina de Mello*¹

Resumo: A sinodalidade não é algo novo na Igreja, mas parte de sua natureza intrínseca. Ao longo da história, no entanto, numa tendência centralizadora de suas dinâmicas de governo e instâncias de decisão, a Igreja nem sempre se manteve fiel a essa sua natureza sinodal. No intuito de compreender o apelo do Papa Francisco à sinodalidade, nosso ponto de partida será a eclesiologia inaugurada pelo Concílio Vaticano II, que evidencia a colegialidade e a sinodalidade como elementos próprios para a vivência da vocação primeira da Igreja. A partir desse olhar sobre o CV II, buscaremos evidenciar algumas estruturas e meios que possibilitam a concretização dessa sinodalidade, como as conferências episcopais nacionais e regionais, as assembleias, os sínodos, entre outros. O convite de Francisco é para que a Igreja dê passos ainda mais corajosos para a sinodalidade, através de uma autêntica conversão pastoral, deixando uma pastoral de conservação para ser Igreja em saída, capaz de “primeirar”. Por meio de revisão bibliográfica, o presente artigo objetiva apresentar as expressões de Francisco, através de seus escritos, gestos e palavras, que nos indicam o caminho para uma eclesiologia verdadeiramente sinodal, que somos chamados a colocar em ato.

Palavras-chave: Sinodalidade. Conversão pastoral. Igreja em saída. Descentralização.

INTRODUÇÃO

Vivemos um momento desafiador na história. Enfrentamos uma pandemia que atingiu dimensões antes inimagináveis, que traz consequências para diferentes áreas da vida humana: sanitária e de saúde, econômica, social, ambiental, entre outras. A vida da Igreja, inserida no mundo e na sociedade concreta, sofre e sofrerá os efeitos dessas mesmas consequências. Muitas questões se levantam, então, sobre o modo como viveremos a nossa missão evangelizadora neste novo contexto, onde somos chamados a refletir, repensar e, sobretudo, a transformar nosso modo de ser e agir no mundo. Com frequência ouvimos os apelos do Papa Francisco que nos chama a uma “conversão integral”, a uma mudança radical de paradigma. Não podemos imaginar a vida da Igreja hoje sem nos questionarmos profundamente sobre a nossa tarefa missionária evangelizadora que se reflete nas questões mais urgentes e atuais.

A vida e a ação pastoral da Igreja no “pós-pandemia” deverá ser necessariamente sinodal, trabalhando por uma ecologia integral e promovendo uma conversão de uma economia de morte e indiferença, para uma economia que preza pelo bem comum, pela dignidade da pessoa humana, pelo cuidado da casa comum, pela opção preferencial pelos pobres e pela solidariedade. A constatação inequívoca de nossa situação atual nos abre para um horizonte

¹ Elisa Cristina de Mello. Pós-Graduada em Docência pelo CEFET-MG; Bacharel em Teologia pelo Instituto de Filosofia e Teologia da PUC Minas; Técnica em Meio Ambiente e Saneamento pelo CEFET-MG, Belo Horizonte, Minas Gerais. Membro do Grupo de Pesquisa Teologia e Contemporaneidade, da PUC Minas. Pastoralista no CEFAP ANIMA PUC Minas. Contato: elisamello.86@gmail.com

novo e possível: a crise como oportunidade de sairmos melhores, de mudarmos hábitos, de vivermos uma conversão plena capaz de curar a humanidade e todo o tecido social. Este é o convite contundente de Francisco que nos remete às linhas principais de seu pontificado, apontando sempre para uma Igreja em saída missionária, que realiza sua missão evangelizadora primordial chegando às periferias existenciais, recuperando a “doce e reconfortante alegria de evangelizar”, mesmo em meio aos desafios e dificuldades. Aponta ainda para um modo de ser Igreja que recupera sua imagem reafirmada no Concílio Vaticano II como Povo de Deus que vive em comunhão, colocando em evidência a sinodalidade como o seu *modus vivendi et operandi*. Ao perpassar algumas expressões do Papa Francisco desejamos identificar os sinais que nos orientam ao modo sinodal de ser Igreja, como herança da eclesiologia reafirmada pelo CV II, propondo reflexões frente aos desafios hodiernos.

1 O CAMINHO DO CONCÍLIO VATICANO II

A Igreja Católica em seus séculos de história e tradição passou por momentos muito diversos, alguns deles que marcaram de forma indelével o seu caminho no mundo. Tantas foram as buscas de clareza nas definições teológicas, dogmáticas e práticas das quais se ocuparam os Concílios, as Assembleias, as Conferências e tantas outras instâncias de grande importância. Em nossos dias é impensável tratar qualquer questão relevante na Igreja sem que se tenha como referência o Concílio Vaticano II. Este grande evento eclesial trouxe novidades em diversos âmbitos como a liturgia, a importância da Palavra de Deus, a relação da Igreja com o mundo moderno, uma renovada eclesiologia, entre outros temas importantes.

Dentre os diversos assuntos dos quais o CVII se ocupou, cabe a nós neste artigo olharmos mais atentamente para sua eclesiologia que busca resgatar elementos essenciais da Igreja primitiva, ao apresentá-la como “mistério” e como “povo de Deus”. Isto está explicitado na *Constituição Dogmática Lumen gentium*, um dos principais documentos do Concílio, que nos apresenta uma perspectiva de Igreja toda ministerial, com a participação ativa dos leigos e com a primazia da Igreja “povo de Deus” antes da hierarquia. É notável que essa visão difere da eclesiologia dos Concílios anteriores, que primava pela hierarquia e pela centralidade do Papa. Um dos temas importantes presentes na Constituição é o da colegialidade episcopal. Fazendo um contraponto à excessiva centralização do poder do Papa, o Concílio apresenta uma nova síntese entre o colégio dos apóstolos e o primado papal. De acordo com o que afirma Barros:

Dentro da ampla doutrina conciliar sobre o episcopado, situa-se o conceito de colegialidade episcopal, não como algo meramente acidental ao ministério eclesial dos Bispos, mas como realidade que lhe é ínsita. Com efeito, afirma o Concílio que “alguém é constituído membro do Corpo Episcopal pela sagração sacramental e pela hierárquica comunhão com o Chefe e os membros do Colégio” (LG 22a). [...] O múnus episcopal não pode ser exercido de outra forma que não seja

colegial, pois é deste modo que os sagrados Pastores vivenciam e promovem, enquanto tais, a comunhão da Igreja dispersa por todo o orbe (BARROS, 2005, p. 204).

A colegialidade episcopal deve ser, pois, compreendida como expressão da unidade e comunhão da Igreja em sua universalidade. Conforme afirma ainda Barros, “o governo eclesástico, do qual são investidos os Bispos em comunhão com o Romano Pontífice, segundo a Tradição eclesial, não podem se dar senão ao modo colegial, vale dizer, senão como expressão de comunhão e solicitude por toda a Igreja de Cristo” (BARROS, 2005, p. 202). A Igreja é sacramento de comunhão. É nesse sentido que se compreende a prática da colegialidade e sinodalidade, como algo intrínseco à sua natureza. De acordo com o que diz Santoro, “a redescoberta ou maior valorização da dinâmica sinodal no interior da Igreja exprime claramente o deslocamento de uma lógica centrípeta ao espírito de serviço na corresponsabilidade de todos os membros, e a recuperação da bipolaridade eclesial entre o colégio dos bispos e o primado romano” (SANTORO, 2014, p. 510).

O que vemos, na prática, é que a sinodalidade se visibiliza mais especificamente neste exercício colegial do episcopado. Isto se dá, primeiramente porque, como afirma Ratzinger “o colégio dos bispos não é uma simples invenção ou criação do papa, mas ele busca a sua origem em um ato sacramental e é por isso uma parte indispensável da estrutura da Igreja. A colegialidade dos bispos nasceu, portanto, quando nasceu a Igreja” (RATZINGER, 1974, p. 169 *apud* BARROS, 2005, p. 204). Em segundo lugar, essa maior visibilidade se dá nessa instância devido à nossa cultura eclesial ainda muito clerical, que tem dificuldades em reconhecer os espaços e as iniciativas dos fiéis batizados como relevantes para a estrutura da Igreja. Mas, como veremos, o colégio episcopal não é a única instância ou organismo no qual se vivencia a sinodalidade na Igreja.

2 ESTRUTURAS E MEIOS DE VIVÊNCIA SINODAL

Além do que já mencionamos a respeito da colegialidade episcopal, ainda na esteira do CV II, há outra instituição importante que ocorreu por iniciativa do Papa Paulo VI, em setembro de 1965, ao instituir o Sínodo dos Bispos, com o *Motu proprio Apostolica sollicitudo*. A intenção era promover uma continuidade da experiência de colegialidade e sinodalidade vividas no Concílio, de modo que essa dinâmica se tornasse parte da vida da Igreja. Para compreender no que consiste, então, o Sínodo dos Bispos, recorreremos às palavras do próprio Paulo VI quando diz que o Sínodo

é uma instituição eclesiástica, que nós, interrogando os sinais dos tempos, e ainda mais procurando interpretar em profundidade os desígnios divinos e a constituição da Igreja Católica, estabelecemos, após o Concílio Vaticano II, para favorecer a união e a colaboração dos bispos de todo o mundo com essa Sé Apostólica, através de um estudo comum das condições da Igreja e a solução concorde

das questões relativas à sua missão. Não é um Concílio, não é um Parlamento, mas um Sínodo de particular natureza” (PAPA PAULO VI, 1974).

O Concílio Vaticano II impulsionará também outras formas e instrumentos para a vivência da sinodalidade. Assim o faz, por exemplo, na busca do fortalecimento das Conferências Episcopais locais. No entanto, apesar de todo o desejo expresso no Concílio, o Papa Francisco constata que caminhamos muito pouco nesta direção, quando ele afirma na *Evangelii gaudium*:

O Concílio Vaticano II afirmou que, à semelhança das antigas Igrejas patriarcais, as conferências episcopais podem “aportar uma contribuição múltipla e fecunda, para que o sentimento colegial leve a aplicações concretas”. Mas este desejo não se realizou plenamente, porque ainda não foi suficientemente explicitado um estatuto das conferências episcopais que as considere como sujeitos de atribuições concretas, incluindo alguma autêntica autoridade doutrinal (EG, 32).

O Papa Francisco reafirma a busca do CV II de um entendimento do papel das Conferências Episcopais não como um substitutivo à autoridade da Santa Sé. Até porque, o princípio da colegialidade só tem sentido profundo em vista da unidade da Igreja presente em todo o mundo. Mas podemos também incorrer em uma interpretação reducionista das Conferências Episcopais, cujo risco nos alerta Barros:

Corre-se o risco, contudo, de considerá-las como meros “prolongamentos” da autoridade pontifícia, o que significaria um certo esquecimento do magistério conciliar. Ora, se ao “completar” o Vaticano I, o que quis o Vaticano II, ao explicitar em especial a doutrina sobre o episcopado, foi justamente harmonizar primado e colegialidade, não é hora de se dar às Conferências Episcopais uma maior liberdade de expressão e de atuação? (BARROS, 2005, p. 210).

O autor nos convida ainda a refletir sobre o papel das Conferências Episcopais na tomada de decisão nas questões relativas ao âmbito de sua atuação local, não excluindo-se o acatamento e acolhida da autoridade da Santa Sé, mas exercendo seu *munus regendi* e *munus docendi* com um pouco mais de autonomia, tendo em vista a proximidade dos Bispos em relação ao Povo de Deus a ele confiado e o conhecimento de suas problemáticas próprias. Assim, em relação às Conferências Episcopais, questiona Barros “tratar-se-ia aqui da aplicação do ainda muito discutido ‘princípio da subsidiariedade’? Quando as Conferências de Bispos discutem questões que lhes são concernentes e tomam resoluções a partir daí, não seriam desejáveis uma maior confiança e uma maior transparência por parte da Sé romana?” (BARROS, 2005, p. 212). Essas questões certamente nos instigam e nos fazem refletir sobre os rumos que Igreja tomará sob a guia de Francisco.

Dentre os diversos meios, estruturas e instituições que servem à sinodalidade da Igreja, podemos ainda citar alguns, apresentados de forma sistemática pelo documento da Pontifícia Comissão Teológica Internacional, denominado “A sinodalidade na vida e na missão da Igreja”. Alguns desses meios são os Sínodos diocesanos, as Assembleias, os Conselhos Diocesanos de Pastoral, a Cúria Diocesana, o Colégio dos Consultores, os Conselhos Episcopais e Presbiterais, os Conselhos Paroquiais e Comunitários, tanto para assuntos pastorais como econômicos, entre outros. Algo que o documento ressalta é a participação dos fiéis leigos como algo essencial. Aliás, à luz da Conferência de Aparecida (CELAM 2007) e do Magistério do Papa Francisco, é preferível dizer a participação de todos os batizados. Essa compreensão da igualdade fundamental de todo batizado é o que, de fato, possibilita a superação de estruturas e esquemas clericalistas e excludentes, e a promoção de espaços efetivos de participação. Para que isto ocorra, é necessária uma verdadeira conversão pastoral, à qual nos convida insistentemente o Papa Francisco.

3 CONVERSÃO PASTORAL

Não há como pensar em uma conversão pastoral sem evocar a figura e as tão repetidas palavras do Papa Francisco, em ocasião da comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos por Paulo VI, quando disse que

devemos continuar por esta estrada. O mundo em que vivemos e que somos chamados a amar e servir mesmo nas suas contradições, exige da Igreja o reforço das sinergias em todas as áreas da sua missão. O caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio. Aquilo que o Senhor nos pede, de certo modo está já tudo contido na palavra “Sínodo”. Caminhar juntos – leigos, pastores, Bispo de Roma – é um conceito fácil de exprimir em palavras, mas não é assim fácil pô-lo em prática (PAPA FRANCISCO, 2015).

Ele compreende e expressa claramente a necessidade de que a Igreja assuma e concretize sua dimensão sinodal e colegial preconizada desde o CV II. É tão profunda essa compreensão que o Papa Francisco tem realizado gestos concretos nessa direção, dando-nos o exemplo de como deve ser um Igreja toda ministerial, onde o sacerdócio ministerial esteja a serviço do sacerdócio comum dos fiéis, superando os riscos de clericalização dos leigos e de secularização dos clérigos, bem como a tentação de centralização de responsabilidades que deixam à margem das decisões os fiéis batizados.

Como diz Nobre “o pontífice propõe a estimulação e amadurecimento dos organismos de participação pois somente na medida em que esses organismos permanecem conectados com a base partindo das pessoas e dos problemas de cada dia, é que uma Igreja sinodal pode começar a se firmar” (NOBRE, 2018, p. 90). Uma Igreja da escuta atenta, que promove mecanismos de consulta (como no caso das reuniões dos Sínodos dos Bispos convocados por

Francisco), que acolhe a contribuição de todos, que dá voz àqueles que antes estavam esquecidos e excluídos. Igreja em constante diálogo com a sociedade, atenta às suas lutas, dores e alegrias, que busca ser um modelo para esta. Esta conversão pastoral não exclui nenhuma instância da vida eclesial, nem mesmo o papado, como afirma o mesmo nº 32 da *Evangelii Gaudium*: “compete-me, como Bispo de Roma, permanecer aberto às sugestões tendentes a um exercício do meu ministério que o torne mais fiel ao significado que Jesus Cristo pretendeu dar-lhe e às necessidades atuais da evangelização” (EG, 32).

O Papa Francisco nos convoca a esta conversão pastoral, expressão cunhada pela V Conferência do Episcopado Latino-Americano em Aparecida - SP, da qual ele foi redator do documento final. Não se trata de um modismo momentâneo que logo passa. Ao contrário, implica voltar-se para Deus como a fonte de tudo e, ao mesmo tempo, converter-se em relação ao próximo. Para isso é necessário que haja uma mudança de conduta, de mentalidade, de atitudes de acordo com a Palavra de Deus para que as estruturas e os métodos de ação pastoral se configurem, cada vez mais, aos ensinamentos e atitudes de Cristo. Sem uma verdadeira conversão pastoral, o agir eclesial se torna artificial e decorativo. O Papa nos indica o caminho a seguir. Precisamos nos colocar nesta dinâmica sinodal, de serviço, de saída missionária.

4 IGREJA EM SAÍDA MISSIONÁRIA

Das muitas expressões de Francisco, que denotam a sua maneira de governar a Igreja, algumas já se tornaram muito familiares a nós. Desde o princípio de seu pontificado, em março de 2013, ele tem demonstrado em seus discursos, homilias e documentos escritos qual é a Igreja que ele deseja ajudar a construir e resgatar: uma Igreja “pobre para os pobres”, “hospital de campanha”, em constante saída missionária, “acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças” (EG, 49). É o oposto de uma Igreja fechada em suas formas de fazer, em suas certezas doutrinárias e pastorais, que vive uma pastoral de conservação.

Em seu documento programático, a *Evangelii gaudium*, ele resgata a fundamentação bíblica da missão de todo batizado chamado a anunciar o Reino com a vida e com as palavras, evidenciada no Decreto *Ad Gentes*. Francisco, no entanto, dá um passo adiante ao fazer o chamado à “primeirizar”, isto é, a tomar a iniciativa de ir ao encontro daqueles que se encontram nas encruzilhadas da vida e a chamar os que estão excluídos. E ainda mais quando nos convida a compreender que a missão não pode nem deve ser confundida meramente como uma atividade que se realiza. Cada cristão batizado é chamado a reconhecer que sua vida é essencialmente missionária, como nos afirma no nº 273 da *Evangelii gaudium*.

Uma Igreja em saída é, portanto, uma Igreja que vivencia sua missão de diversos modos, escutando os apelos *ad intra*, *ad extra* e *ad gentes*, conforme nos ensina o Magistério do CV II. Mas é, sobretudo, Igreja onde os pastores “têm cheiro de ovelha” e na qual cada batizado vive a alegria de evangelizar, anunciando aquele amor infinito de Deus que primeiro os alcançou. Igreja em saída é também aberta ao diálogo com as culturas dos povos, com as

outras religiões cristãs e não cristãs, com aqueles que se identificam como não crentes, mas vivem de forma ética e promovem o bem.

5 ECOLOGIA INTEGRAL

Esta Igreja em saída preconizada pelo Papa Francisco deve ter o olhar voltado para a realidade da sociedade. Em linha com essa ideia, outro aspecto fundamental que se torna cada vez mais presente na Igreja hoje é o conceito de Ecologia Integral trazido pela Encíclica *Laudato Si* em 2015. Na ocasião de seu lançamento, causou grande repercussão na mídia e em âmbitos extra eclesiais. De fato, o documento foi majoritariamente bem recebido em meio a comunidade científica, por ativistas ambientais e de movimentos sociais, e outros grupos de pessoas pouco ligados à experiência religiosa. Isto chama a atenção ao nos fazer conscientes de que o Papa conseguiu alcançar uma linguagem adequada para tratar de um tema universal: o cuidado com a casa comum.

A crise ecológica na qual estamos mergulhados nos afeta a todos, e não somente um pequeno grupo. Nem mesmo se reduz à esfera humana. É uma crise profunda e dramática, da qual o Papa, com ajuda de um corpo técnico científico que trabalhou na elaboração da Encíclica, nos convida a reconhecer as raízes humanas. Nos chama ainda a reconhecer que não é uma crise isolada ou que toca somente uma dimensão da vida. Ele afirma com veemência que

É fundamental buscar soluções integrais que considerem as interações dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais. Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental. As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza (LS, 139).

Deste modo ele desenvolve o conceito de Ecologia Integral, convocando a todos a uma conversão profunda que seja capaz de responder à crise e dar rumos novos para nossa forma de viver e nos relacionarmos no mundo. À luz do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja, estabelece um diálogo franco e aberto, reafirmando que a complexidade da crise que nos envolve pede de nós a capacidade de diálogo com as diferentes culturas, religiões, correntes filosóficas, saberes científicos etc., para conseguirmos dar uma resposta concreta construindo uma ecologia capaz de restituir tudo o que temos destruído.

O chamado a construir uma Ecologia Integral nos coloca diante da necessidade de repensar e transformar a nossa relação com o ambiente (ecologia ambiental), com as relações de produção e consumo (ecologia econômica) e com a sociedade (ecologia social e cultural). A Ecologia Integral parte do princípio básico de que tudo está interligado, interrelacionado entre si. Por isso, não é possível pensar soluções simplistas ou que considerem apenas a

responsabilidade pessoal de cada indivíduo, sem questionar as estruturas políticas e econômicas que fazem perpetuar e agravar a crise.

A via de solução proposta por Francisco passa necessariamente por uma autêntica conversão ecológica, que nos faça agir de forma coerente com o Evangelho, verdadeiramente transformados pelo encontro pessoal com Jesus. Somente assim poderemos compreender que “viver a vocação de guardiões da obra de Deus não é algo de opcional nem um aspecto secundário da experiência cristã, mas parte essencial duma existência virtuosa” (LS, 217). E esta conversão tem característica essencialmente comunitária, pois não basta uma conversão pessoal ou mesmo a soma de “conversões individuais”. É necessário fomentar uma rede, numa verdadeira conversão comunitária.

6 OUTRAS EXPRESSÕES DE FRANCISCO

O Papa Francisco tem se mostrado como um líder bastante atento aos desafios e questões contemporâneas, sempre em busca de caminhos pelos quais a Igreja deve contribuir com novas respostas possíveis para que o mundo seja um lugar melhor para todos. É em linha com esta busca, que ele propôs, em maio de 2019, um encontro com jovens economistas e empreendedores de todo o mundo em Assis², na Itália, para discutir uma nova economia possível para o nosso mundo. O evento que passou a ser conhecido como Economia de Francisco³ tem como objetivo principal a reflexão e trabalho que contribuam para a formação de uma nova consciência capaz de transformar o atual sistema econômico global que gera injustiças, que desrespeita os direitos e a dignidade humana e degrada o meio ambiente, as relações humanas e a ética.

Francisco nos recorda que a caridade, a justiça, a solidariedade, são elementos essenciais à vida cristã e, por isso, precisam encontrar meios concretos de expressão em nosso mundo. A evangelização tem uma intrínseca dimensão social. Não é possível ao cristão ser conivente com um sistema econômico que prioriza os bens materiais em detrimento das vidas humanas. As injustiças e os abismos sociais entre os mais ricos e os miseráveis, devem causar indignação e nos mover à ação transformadora concreta. Francisco denuncia profeticamente, com coragem e clareza, esse sistema de morte:

Estes sintomas de desigualdade revelam uma doença social; é um vírus que provém de uma economia doente. Devemos simplesmente dizê-lo: a economia está doente. Adoeceu. É o resultado de um crescimento econômico iníquo - esta é a doença: o fruto de um crescimento econômico iníquo - que prescinde dos valores humanos fundamentais. No mundo de hoje, muito poucas pessoas ricas possuem mais do que o resto da humanidade (PAPA FRANCISCO, 2020).

2 O Encontro Economia de Francisco, previsto para 26, 27 e 28 de março de 2020, foi adiado devido a pandemia de Covid-19.

3 No Brasil, foi acrescentado Clara (Economia de Francisco e Clara) para sublinhar o aspecto feminino, a presença e papel significativo das mulheres na transição de um sistema econômico que seja solidário.

Em discurso no Encontro Mundial dos Movimentos Populares, em outubro de 2014, o Papa afirmou o trabalho desses movimentos na busca de promover a dignidade humana, incentivando-os a que continuassem na luta para garantir o direito de todos a ter terra, casa e trabalho. E, rebatendo as críticas de quem o chama de comunista por conta dessas afirmações, diz claramente que quem diz isto ainda não compreendeu “que o amor pelos pobres está no centro do Evangelho. Terra, casa e trabalho, aquilo pelo que lutais, são direitos sagrados. Exigi-lo não é estranho, é a doutrina social da Igreja” (FRANCISCO, 2014).

Numa série de audiências no ano de 2020, Papa Francisco se dedicou a tratar da vivência da fé num contexto “pós-pandemia” da Covid 19. Essas audiências, intituladas de “Curar o mundo”, trataram de expressar de que modo nós podemos transformar o mundo em um lugar melhor a partir das virtudes teologais – Fé, Esperança e Caridade – e dos princípios da Doutrina Social da Igreja – o princípio da dignidade da pessoa, o princípio do bem comum, o princípio da opção preferencial pelos pobres, o princípio do destino universal dos bens, o princípio da solidariedade, da subsidiariedade e o princípio do cuidado pela nossa casa comum.

Em mais um documento de grande relevância, a Encíclica *Fratelli Tutti*, Francisco nos convida a recordar que somos todos irmãos. Como característico de sua forma de expressar, faz importantes denúncias proféticas contra uma cultura do descarte, que desrespeita a dignidade fundamental de alguns seres, como se fossem de categoria inferior ou descartáveis. Ao tratar de temas como a política, as relações internacionais, o amor social, entre outros, Francisco nos apresenta o modelo de uma Igreja samaritana, que se compadece da dor do outro e se faz responsável por cada um. Uma Igreja que cura as feridas, que vive verdadeiros e profundos laços de fraternidade que não conhece fronteiras geográficas, culturais, religiosas, políticas ou sociais. O caminho apontado por Francisco para superar os desafios, os conflitos, as guerras, passa pelo cultivo de uma cultura do encontro, do diálogo e da solidariedade.

Estas e outras expressões cotidianas de Francisco nos indicam para o caminho da sinodalidade, caminho feito juntos, na busca do bem de todos. A Igreja, peregrina nesse mundo, deve se colocar em diálogo aberto com o mundo, anunciando o Evangelho do Reino com suas palavras e gestos proféticos de solidariedade e cuidado. A sinodalidade como dimensão essencial da Igreja, é sonhada por Francisco como expressão dessa Igreja em saída, pobre para os pobres, toda ministerial, solidária e cuidadora.

CONCLUSÃO

A partir das reflexões aqui propostas, percebemos o esforço sistemático de Francisco num projeto de revitalização da sinodalidade da Igreja. Em seus nove anos de pontificado, Francisco já convocou quatro assembleias do Sínodo dos Bispos: em 2014, a III Assembleia Extraordinária com o tema “Os desafios pastorais da família no contexto da evangelização”; em 2015 teve lugar a XIV Assembleia Ordinária, aprofundando o discernimento iniciado no ano anterior sob o tema “A vocação e a missão na família na Igreja e no mundo contemporâneo”;

em 2018 foi a vez de tratar do tema “Os jovens, a fé e o discernimento vocacional” na XV Assembleia Ordinária; e, finalmente, em 2019 Francisco convocou uma assembleia Especial do sínodo dos Bispos para tratar o tema “Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral”. Esta última Assembleia foi alvo de muitos questionamentos e controvérsias. Alguns chegaram a colocar em xeque a validade desta instância, supondo que Francisco teria intenções espúrias na sua realização. Todo este movimento acabou trazendo à tona a reflexão sobre a própria natureza do Sínodo e sua relevância para a vida da Igreja hoje. Talvez isto tenha influenciado de algum modo na escolha de Francisco ao definir o tema a ser tratado na próxima Assembleia Ordinária do Sínodo dos Bispos: “Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão.”

A sinodalidade se apresenta como um desafio fascinante para o nosso tempo. Implica a todos nós na busca de efetivar essa renovação, não somente em âmbito estrutural, mas, sobretudo, no espírito. Somente uma verdadeira e aprofundada espiritualidade de comunhão poderá nos conduzir com segurança pelos caminhos abertos diante de nós. Quanto mais nos compreendemos como membros ativos do Corpo que é a Igreja, é que desempenhamos com alegria nosso chamado missionário. Esperamos que as reflexões propostas pela Igreja em sua hierarquia – seja ela universal ou local – nos motive a aprofundar cada vez mais por este caminho. E assim possamos assumir juntos o projeto de Igreja Apostólica, da qual Francisco se faz porta-voz, a fim de que cada batizado encontre efetivo espaço de participação e de realização da missão evangelizadora que é de todos.

REFERÊNCIAS

BARROS, Paulo César. Colegialidade Episcopal no Vaticano II: o Concílio convida-nos a resgatar um dado fundamental da tradição eclesial. In: *Revista Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 37 (2005). p. 199-224. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/392>. Acesso em: 20 jun. 2022.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*. Coleção Documentos da Igreja – 48. 1ª Edição. Edições CNBB. Brasília, 2018.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Dogmática Lumen gentium*. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html. Acesso em: 20 jun. 2022.

MIRANDA, Mário de França. *Igreja sinodal*. São Paulo: Paulinas, 2018. (Coleção teologia do Papa Francisco).

NOBRE, José Aguiar. Os desafios da sinodalidade retomados por Francisco. In: *Ciberteologia: Revista de Teologia & Cultura* - Ano XVI, n. 58. Paulinas, 2018. Disponível em: <https://ciberteologia.com.br/assets/pdf/post/os-desafios-da-sinodalidade-retomados-por-francisco.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

PAPA FRANCISCO. *Audiência Geral. 26 de agosto de 2020*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2020/documents/papa-francesco_20200826_udienza-generale.html. Acesso em: 20 jun. 2022.

PAPA FRANCISCO. *Discurso no Encontro Mundial dos Movimentos Populares*. 28 de outubro de 2014. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco_20141028_incontro-mondiale-movimenti-popolari.html. Acesso em: 20 jun. 2022.

PAPA FRANCISCO. *Discurso em comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos*. 17 de outubro de 2015. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html#_ftn2. Acesso em: 20 jun. 2022.

PAPA FRANCISCO. *Encíclica Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Ed. Paulus/ Ed. Loyola, 2015.

PAPA FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Paulus/ Ed. Loyola, 2014.

PAPA PAULO VI. *Angelus de 22 de setembro de 1974*. Disponível em: http://www.vatican.va/content/paul-vi/it/angelus/1974/documents/hf_p-vi_ang_19740922.html. Acesso em: 20 jun. 2022.

RATZINGER, Joseph. *O novo povo de Deus*. São Paulo: Paulinas, 1974, p. 169 *apud* BARROS, BARROS, Paulo César. Colegialidade Episcopal no Vaticano II: o Concílio convida-nos a resgatar um dado fundamental da tradição eclesial. In: *Revista Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 37 (2005). p. 199-224. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/392>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SANTORO, Filippo. Papado e Episcopado no Vaticano II. In: *Revista Atualidade Teológica*, Rio de Janeiro, v. 48, p. 493-515, set./dez.2014. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/24447/24447.PDF>. Acesso em: 20 jun. 2022.